

Artigo

Entre plumas e fuzis: repressão e resistência de mulheres trans, travestis e transformistas na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)

Anna Clara Souza Marques*
Jessica Torres Silva**
Leila Claraliz Graça Lucas***

Resumo

Sob a alegação de defesa da moral e dos bons costumes, a ditadura civil-militar brasileira inculcou na sociedade civil um juízo em torno da defesa da moral conservadora, mobilizando seu aparato repressivo e aparelhos de censura para perseguir e punir violentamente todos os grupos dissidentes que apresentavam ameaça à ordem nacional. Produziu, assim, a figura de um inimigo interno, o “subversivo”, que não se valeu apenas de contornos políticos, mas também de perfis morais, associando aqueles que se distanciavam do imaginário cis-hétero a uma forma de degeneração e corrupção da juventude; travestis e homossexuais se tornaram então sujeitos perigosos que ameaçavam os valores cristãos e ameaçavam a ordem sexual. A partir de revisão bibliográfica de trabalhos de autores como Letícia Nascimento, Fábio Henrique Lopes, Remom Bortolozzi, Renan Quinalha, Marcos Napolitano, Viviane Simakawa Vergueiro, Edward MacRae, Yuri Fraccaroli, Amara Rodovalho e Danièle Kergoat, o presente artigo objetiva recuperar e articular fragmentos da história desse conturbado período da história brasileira, investigando a resistência de mulheres trans, travestis e transformistas brasileiras frente à violência do aparato estatal repressivo do regime ditatorial, e contribuindo para um fazer historiográfico atravessado pela luta dos movimentos intertransvestigêneres pelo direito à memória.

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar Brasileira. Memória LGBT. Movimentos Intertransvestigêneres. Controle social. Repressão.

Between quills and rifles: repression and resistance of trans women, travestis, and transformistas during the Brazilian civil-military dictatorship (1964–1985)

Abstract

Under the guise of defending morality and good customs, the Brazilian civil-military dictatorship instilled in civil society a moral judgment centered on the defense of conservative values, mobilizing its repressive apparatus and censorship mechanisms to violently persecute and punish all groups dissenting from the national order. This produced the figure of an internal enemy, the “subversive”, which was not only politically motivated but also morally driven, associating those who deviated from the cis-heterosexual ideal with a form of degeneration and corruption of youth; *travestis* and homosexuals were therefore considered dangerous individuals who threatened christian values and the sexual order. This article aims to articulate fragments of the history of this turbulent period in Brazilian history, shining light on the resistance of Brazilian trans women, *travestis*, and *transformistas* against the violence of the repressive state apparatus of the dictatorial regime. Through an exercise of literary review of the works of authors such as Letícia Nascimento, Fábio Henrique Lopes, Remom Bortolozzi, Renan Quinalha, Marcos Napolitano, Viviane Simakawa Vergueiro, Edward MacRae, Yuri Fraccaroli, Amara Rodovalho and Danièle Kergoat, we intend to contribute to a historiographical approach that is permeated by the struggle of inter-trans-travesti-gender movements for their right to memory.

Keywords: Brazilian Civil-Military Dictatorship. Queer History. Inter-trans-travesti-gender Movements. Social Control. Repression.

* Mestranda em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo.

E-mail: annaclarasouzamarques@gmail.com

** Bacharela em História pela Universidade de São Paulo. E-mail: torres.jessicaxy@gmail.com

*** Bacharela e Licenciada em História pela Universidade de São Paulo. E-mail: leilacrz@gmail.com

No dia 31 de março de 1964, irrompe no Brasil o golpe de estado que seria responsável pela instauração da ditadura civil-militar que perduraria no país até 1985. Com apoio dos setores conservadores da sociedade, o regime fez de sua bandeira o combate ao comunismo e à suposta decadência moral, bem como a restauração de valores tradicionais através do combate por vias morais e sexuais. Deu-se início, assim, uma caça aos “perigosos à integridade da nação”. Sob a alegação de defesa da moral, da honra e dos bons costumes, a ditadura puniu severa e violentamente os corpos marcados pela dissidência de uma narrativa hegemônica de ordem nacional, mobilizando seu aparato repressivo e aparelhos de censura para inculcar na população um ideal puro de cidadão engendrado para o projeto político da autoridade em vigor.

Nesse contexto de violência e perseguição, os corpos desviantes do ideal normativo de gênero e sexualidade se encontraram no centro da repressão estatal. Não havia, no Brasil, lei proibitiva de “práticas homossexuais” ou “transformistas” (prática artística e cultural de performance que subverte binarismos de gênero e normas sociais através da indumentária e maquiagem), mas historicamente existiram diversos instrumentos legais para eliminar e encarcerar aqueles tidos como violadores da moral e poluidores da cidade.

Ainda que não houvesse organismo específico responsável pela manutenção dos bons costumes, é possível identificar uma sistematicidade na atuação de diversos agentes repressores do Estado. Órgãos como o Departamento de Ordem Política e Social, bem como práticas institucionais de censura, se encarregaram de constante vigilância sobre a esfera da vida pública da sociedade civil, justificando suas formas autoritárias de controle por uma suposta necessidade de prevenir a atuação “subversiva”, sobretudo aquela enquadrada pelos manuais de Doutrina de Segurança Nacional como “propagandista” de uma “guerra psicológica contra as instituições democráticas e cristãs”, gerando um ethos persecutório característico de regimes totalitários, onde a produção da informação é menos importante que a produção da suspeita (Napolitano, 2004).

Nesse cenário de perseguição e punição sistemática de sujeitos com orientações sexuais ou identidade de gênero marginalizadas, as alegações de vadiagem e perturbação da ordem pública se fizeram ferramenta central do aparelho repressivo. O artigo 59 da Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei nº 3.688/1941), mais conhecido como contravenção penal de vadiagem, é apontado por dados estatísticos policiais de 1975 como o segundo crime mais praticado durante a ditadura militar (Silva; Brito, 2017, p. 232). Esta política repressiva também fazia parte de uma tendência histórica dos projetos de higienização dos grandes centros urbanos, que intentavam fabricar um novo modelo de cidade sanitizado e livre da presença dos corpos indesejáveis (Chalhoub, 1996; Machado, 2011; Sobrinho, 2013; Sevckenko, 2018; Mello, 2022).

Apesar das repressões, no final da década de 1960 e começo de 1970, houve um aumento de boates e bares de convívio LGBT, ainda que ocasionalmente mantidos no anonimato e nos chamados guetos homossexuais (França, 2006). Paralelamente, aqueles que viviam uma “vida dupla” conseguiam manter seus empregos e disfarçar sua sexualidade perante a repressão do Estado. Por outro lado, as travestis, principalmente as mais pobres e não-brancas, eram constantemente enquadradas como “vadios”, mesmo portando carteira de trabalho assinada, porque seus corpos elucidavam modelos de gênero e sexualidade contrários aos padrões morais e eram vistos como ameaça à segurança nacional.

Contudo, mesmo com as ofensivas repressoras do Estado em nome de uma moralidade nacionalista cristã-patriarcal e as eventuais reproduções de um discurso trans-excludente dentro da própria comunidade em um movimento de demarcação de uma margem da margem (MacRae, 2018), houve sempre no Brasil movimentos determinados a disputar o direito de existência dos sujeitos em sua diversidade. Assim, sob gritos de “subversivas!”, identidades dissidentes ousaram inventar mundos sociais múltiplos que, ao produzir culturas de resistência contra a violência e a opressão, passaram a sonhar novos horizontes possíveis.

O presente artigo articula fragmentos da história desse conturbado momento do século XX, lançando luz sobre a insurgente e rebelde resistência de mulheres trans, travestis e transformistas brasileiras frente à violência do aparato estatal repressivo do regime ditatorial. Para isso, se embasa na revisão bibliográfica da produção teórica de pesquisadores que se debruçaram sobre este

tema, em especial no que convergem com o recorte temporal da ditadura civil-militar: são mobilizados trabalhos de autores como Letícia Nascimento, Fábio Henrique Lopes, Remom Bortolozzi, Renan Quinalha e Bruno do Prado Alexandre. Ainda, para fomentar a discussão teórica acerca da noção de marcadores sociais da diferença, particularmente em sua relação às identidades trans, são evocados os trabalhos de Viviane Simakawa Vergueiro, Amara Rodovalho, Elias Ferreira Veras e Danièle Kergoat.

Cientes de que o presente trabalho é uma cis-plicação (Afonso-Rocha, 2021), espera-se de alguma forma contribuir para os esforços de um fazer historiográfico que reconheça e reverbere com a luta dos movimentos intertransvestigêneres pelo direito à sua memória.

1. Contextualizando identidades de mulheres trans, travestis e transformistas (1960-85)

Atravessando e sendo atravessadas pelas mais diversas particularidades de seus contextos de origem, as identidades humanas e seus subsequentes marcadores sociais são categorias fundamentalmente vivas e dinâmicas, em constante processo de construção, destruição e reconstrução – e as identidades de gênero não são exceções. Para o desenvolvimento do presente artigo, é essencial se debruçar sobre os significados das categorias trans, travestis e transformistas entre as décadas de 1960 e 1980 no contexto brasileiro; uma vez que, como argumenta Amara Rodovalho, “o papel que a pessoa desempenha no mundo não é decidido de maneira unilateral, por decreto, mas sim através duma negociação tensa dos sentidos entre o que é ser e o que é parecer” (2017, p. 369).

Também a socióloga Danièle Kergoat afirma que “não basta afirmar que compreendemos a sociedade em termos de relações sociais – é preciso antes definir tais relações, e suas propriedades” (2010, p. 93). Nesse sentido, para melhor compreender a complexidade dos modos pelos quais o corpo é socialmente marcado e a maneira pela qual a diferença é socialmente produzida, performada e politizada, se faz imprescindível demarcar quais os corpos positivados e negativados na construção da alteridade. No que tange às identidades intertransvestigêneres, é relevante pontuar que, nas palavras da autora Letícia Nascimento, “em uma perspectiva histórica de gênero e sexualidade, as transgeneridades ocupam um lugar de não existência” (2021, p. 57).

No Brasil, a negação desses corpos se fez presente durante toda a história de formação do projeto colonial e da construção posterior de uma identidade nacional. Enquanto hoje movimentos intertransvestigêneres lutam pelo reconhecimento amplo da identidade travesti (como uma identidade feminina, política e latino-americana, fundamentada no pilar da autodeterminação) e de mulheres trans (como expressão plural de mulheridade, também firmada na autodeterminação), ao voltar o olhar para o passado é pertinente lembrar que, por muito tempo, os corpos que ousaram negar a narrativa binária de gênero eram, essencialmente, marcados pela sua dissidência compartilhada.

Com isso, não se pretende ecoar aqui a categoria de *homossexualidades*, escolha conceitual da Comissão Nacional da Verdade (CNV) para significar a totalidade de sexualidades, expressões e identidades dissidentes à cis-heteronormatividade no período do regime; unidas pelo argumento de que, no ditadura, a travestilidade e a transgeneridade eram amplamente compreendidas dentro do interior da designação homossexual. É imprescindível reconhecer, como defende Fraccaroli (2022, p. 28), “a polifonia dos processos de construção identitária e das possibilidades de vivência cotidiana das sexualidades e identidades dissidentes nesse período, erodindo qualquer ideia de fixidez”. Isto significa dizer: a homossexualidade não pode ser considerada um bloco homogêneo de experiência comum dos sujeitos, uma vez que diferentes corpos – com seus diferentes marcadores – enfrentam e são expostos a diferentes formas de violência; cotidiana, policial, simbólica, institucional, do Estado e da sociedade civil.

O trabalho de Fraccaroli (2022), por exemplo, é categórico ao afirmar que testemunhos sobre a época apontam unanimemente as diferenças de riscos à violência policial de diferentes sujeitos em razão da exposição ou tipo de sua dissidência. Ao explorar relatos de interlocutores, alguns afirmam que todos os corpos dissidentes estavam sujeitos à brutalidade do aparato policial (“Os viados também sofriam isso, não só as travestis, mas muito mais as travestis [...] Se eu tava na rua, mesmo entendidinho, se eu tava no meio das travestis, se passasse, me levava também”) enquanto outros afirmam que essa agressão era quase totalmente voltada para aqueles que tensionavam as fronteiras de gênero (“As bibas sempre tomavam no pau. As [sic] travecas que ficavam fazendo ponto pra

sexo ou não, polícia vinha, pegava, jogava no camburão e prendia [...] Agora o gay mais heteronormativo, não acontecia nada disso”) (p. 35). Todos os interlocutores, entretanto, concordam que eram as trans e travestis as mais sujeitas à violência da polícia.

Observa-se também uma diferenciação entre o “homossexual heteronormativo” e “o viado”. Em uma sociedade profundamente patriarcal e cisheteronormativa, não é estranho que comunidades dissidentes e indivíduos localizados à margem da estrutura hegemônica acabem por reproduzir, em seu interior, dinâmicas relacionais e papéis tradicionais de gênero. Ao longo das décadas de 60 e 70, tornaram-se muito comuns e difundidos, entre homens gays, termos como *ativo* e *passivo*, *bofe* e *bicha* – identidades que demarcavam papéis sexuais e comportamentais específicos dentro da comunidade.

De um lado, os *bofes* e *ativos* seriam marcados por uma masculinidade viril, atuando de acordo com os estereótipos associados ao papel do homem na sociedade. Por outro lado, *bichas*, *tias* e *passivos* ocupariam um lugar tradicionalmente feminino em suas relações. Essas duas categorias, evidentemente, eram submetidas à diferentes processos de tratamento social.

6 Destaca-se, ainda, uma notável falta de informações sobre a questão racial nesses testemunhos, mas parece prudente afirmar que o racismo também atuaria como fator incontornável nesses modelos de socialização, bem como nas abordagens e violências.

Isto posto, é seguro em algum grau afirmar que, no decurso dos anos marcados pela ditadura civil-militar, houve no Brasil um histórico descompasso entre a rigidez das classificações oficiais e a fluidez das identificações cotidianas (Leite, 2001, p. 198). Ao longo do século XX, por exemplo, a categoria “travesti” foi utilizada por décadas como sinônimo de artista transformista, e as apresentações de transformismo – definidas como uma prática artística e cultural de performance que subverte binarismos de gênero e normas sociais através da indumentária e maquiagem – eram popularmente conhecidas como “shows de travesti”.

Àquela altura, as fronteiras entre gênero e sexualidade eram movediças. Nesse sentido, os termos se confundiam na gramática popular, e era plenamente possível se identificar simultaneamente como transexual, travesti e transformista (Bortolozzi, 2015, p. 127); ainda que o termo travesti naquele

momento nem sempre designasse um sujeito, mas uma prática eventual, performance realizada pelas “bonecas”, então tidas como homossexuais que se apropriavam de artefatos e tecnologias de gêneros associados às mulheres para realizarem performances femininas, elucidando a complexidade e o caráter múltiplo e processual presentes nas performances de gênero realizadas por sujeitos (auto)considerados homossexuais (Veras, 2015, p. 69).

Ao longo da década de 1970, é possível observar uma alteração profunda desse cenário, em que o “travestir-se” de mulher deixa de estar ligado principalmente a uma performance associada pela sociedade em geral aos homossexuais e passa, cada vez mais, a constituir uma identidade própria. Elias Ferreira Veras (2015) aponta essa transição como sendo a mudança do “tempo das perucas” para o “tempo dos hormônios” ou “tempo farmacopornográfico”. Esse ponto de inflexão histórica marca uma nova temporalidade, caracterizada pela transformação profunda e material dos corpos através de processos – quase sempre clandestinos – de performance integrada e intervenção bioquímica, a exemplo da hormonização e aplicação de silicone (ou “bombaço”).

7

Nesse sentido, o termo “travesti” deixa de se referir a uma prática eventual, clandestina, restrita ao universo privado e caracterizada pelo uso de artefatos removíveis (perucas, enchimentos) para inventar uma nova forma de subjetividade e existência corporal; a “travesti-performance impressa nas notícias e fotografias. Travesti-prótese, encarnada através dos hormônios, silicone, maquiagem e vestimentas. Nova ‘identidade sexual’ escrita em performances; inscrita no corpo. Travesti-carne-tinta-papel” (Veras, 2015, p. 25).

Para Veras, a emergência deste novo sujeito no espaço público representa a invenção de uma nova espécie de subjetividade capaz de desafiar a matriz heteronormativa, demonstrando as maneiras pelas quais gênero e sexo são construções históricas, performativas e tecnológicas; cristalizando uma compreensão de gênero como algo que é, antes de tudo, protético (Preciado, 2011). Nesse sentido, nas palavras da antropóloga Ava Cruz, a “corpo-política travesti emerge como um espaço que, inegavelmente, está em relação com as estruturas de poder médico-farmacológicas estabelecidas, mas que continuamente a põe em suspeição, tendo como fim a produção de outras corporeidades” (2024, p. 13).

O transformismo, por sua vez, nunca se configurou como uma identidade fixa, mas como uma espécie de entre-lugar, em que as identidades são construídas em meio a estratégias de resistência cultural e política, e “onde se esperam a identidade e o idêntico, vemos a arte e as artistas” (Bortolozzi, 2015, p. 132). Outros, ainda, enxergariam nele uma expressão artística em que “a forma artística em si não se correlaciona diretamente com o conceito de identidade de gênero ou orientação sexual” (Amanajás, 2014, p. 12).

De toda forma, ao romperem com as estruturas normativas, esses sujeitos viriam a – individual e coletivamente – esgarçar as fronteiras da ordem social, construindo novas possibilidades de existir e performar suas identidades. É dessa construção histórica que surgem os movimentos contemporâneos e suas reivindicações pela necessidade de demarcar a pluralidade de possibilidades de autodefinição (Nascimento, 2021, p. 69).

A fluidez com a qual os corpos dissidentes transitavam entre as mais diversas identidades naquela época encontra, talvez, sua representação-síntese na figura notável de Rogéria Barroso Pinto, atriz, cantora, apresentadora e maquiadora brasileira que se auto intitulava jocosamente como “a travesti da família brasileira” (Silva, 2023). Ao longo dos anos, em seus pronunciamentos públicos, a transformista mais famosa do Brasil já se autodeclarou gay (“Você vê que nós, gays, não temos ídolos homens. Não nos interessa”), mulher (“Daqui para frente só tem Rogéria, a mulher”), transformista (“Na [minha] lápide estaria escrito: Aqui jaz a maior estrela do transformismo nacional!”) e travesti (“Porque eu tenho horror que as pessoas pensem que meu sucesso é porque eu sou travesti”) mas, ao fim e ao cabo, tão somente afirmava: “Não importa [ser chamada de travesti ou transformista], não tenho esse tipo de problema. Gosto quando me chamam de artista” (Bortolozzi, 2015, p. 127).

8

2. Repressão e imagens de controle, na mira da ditadura cis-hétero-militar

No texto *Considerações transfeministas sobre linguagem, imaginação e decolonialidade: a identidade de gênero como categoria analítica*, a pesquisadora Viviane Vergueiro (2020) elabora o seguinte questionamento:

Os projetos coloniais – e as colonialidades – se justifica(ram) na premissa de civilizar ‘povos’ e exterminar imaginários sobre corpos, identidades de gênero e práticas sexuais. Quais as implicações epistêmicas dessa história e presente? Quais as relações entre a criminalização e patologização de pessoas trans e travestis e esses projetos? (Vergueiro, 2020, p. 464).

Pensem, aqui, o projeto político da ditadura civil-militar brasileira como um processo de continuidade histórica de um projeto colonial, ainda que de maneira simbólica, entendendo a colonização como elemento de longa duração na política nacional, profundamente imbricada com um complexo tecno-empresarial-militar e tradição positivista autoritária de intervenção do Estado nas margens sociais, como proposto por Brito (2022). Surge um novo questionamento: quais as relações entre a criminalização de pessoas trans e travestis com o projeto ditatorial?

É seguro afirmar que diversos setores da sociedade civil, entre eles a Igreja Católica, a Ordem dos Advogados do Brasil, empresários, veículos da grande imprensa e outros grupos conservadores, já se mobilizavam em prol de uma intervenção militar antes mesmo da consumação do golpe de 1964 (Rollemberg, 2008; Napolitano, 2014; Capelato, 2014), alegando não apenas a importância do combate ao comunismo, mas também a necessidade de “restabelecer” a ordem moral nacional. Em consonância com tal reivindicação histórica dos setores tradicionalistas, com a efetivação da tomada de poder pelos militares instaurou-se um juízo em torno da defesa da moral conservadora que pregava a perseguição a todos os grupos dissidentes, cuja existência se fazia incongruente com a narrativa propagandista do governo; gerando, assim, a imagem de um inimigo interno, os “subversivos”.

A figura do inimigo interno, contudo, não se valeu apenas de contornos políticos, mas também de perfis morais, associando a homossexualidade e aqueles que se distanciavam do imaginário cis-hétero à uma forma de degeneração e corrupção da juventude. A promulgação do AI-5 em 1968 marca um período de acirramento dessa perseguição contra àqueles ligados ao universo da transsexualidade, homossexualidade, pornografia, fetichismo e erotismo; representantes de uma possível ameaça à ordem política; reflexo das políticas de uma “linha dura” que tinha como foco a preservação da “autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições do nosso povo” (Quinalha, 2018, p. 24).

Nesse sentido, a noção de uma ditadura hétero-militar, cunhada pelo pesquisador Renan Quinalha (2018), surge para se referir à forma específica de heterogeneidade das políticas sexuais e de gênero que marcaram o regime autoritário da ditadura brasileira de 1964, sendo as políticas oficiais de produção de sexualidade e gênero a partir de uma suposta normalidade cisheteronormativa uma característica fundamental de seus valores morais. Posteriormente, Rick Afonso-Rocha (2021) retoma essa ideia para formular seu conceito de ditadura cis-hétero-militar, compreendendo o cis-hétero-militarismo como uma formação histórica que produz a coerência e naturalidade do cis-hétero-corpo como algo que deve ser protegido da ameaça sexo-gendrada.

Em seu texto *E havia uma ditadura cis-hétero-militar?* Afonso-Rocha (2021) argumenta que:

(...) a repressão aos sujeitos cis-heterodissidentes (normação), bem como a produção de subjetividades cis-heteronormadas (normalização) durante a ditadura se deu numa complexa produção, atualização, retroalimentação, ativação intraestatal das condições sócio-históricas de emergência dessa norma ubuesco-pastoral, explicitamente assumida naquele período como política de estado. Com isso, aponto para o entrecruzamento dos mecanismos regulatórios da pastoral cristã (a saber: a salvação do rebanho, a obediência à lei e a verdade do pastor) no cis-hétero-militarismo, cujos efeitos produtivos são a necessidade de ‘salvar’ o cidadão ameaçado e a criação da ‘verdade’ do regime (na imagem das Forças Armadas como ‘pastor’) pela ‘obediência’ aos valores nacionais, judaico-cristãos. A isso, soma-se o grotesco (ubuesco), ou seja, o perverso como racionalidade política de governamentalidade. Tal funcionamento não ficou restrito aos anos de exceção: em seus atravessamentos, atualizações e entrecruzamentos em outras formações históricas, ele *persiste e insiste em nunca acabar* (Rocha, 2021, p. 35-36).

Para a ideologia da ditadura, então, travestis e homossexuais eram considerados figuras perigosas que ameaçavam os costumes cristãos e prejudicavam a integridade da ordem sexual, com hábitos e expressões que não se conformavam ao ideal familiar tradicional – que deveria integrar todos os estratos sociais brasileiros. Parece seguro afirmar, então, que a perseguição aos grupos de esquerda e aos gêneros e sexualidades dissidentes, embora fossem processos diferentes, se articulavam tendo como base uma mesma doutrina de segurança nacional que tratava sua repressão como aspectos distintos de uma única ‘guerra interna’, ancorada em um ideal único de nação e de povo (Codarin, 2024).

Assim, na mesma proporção que a presença desses grupos dissidentes avança nas ruas, também acentua-se o aparato de repressão higienista ditatorial que busca “limpar” a cidade de seus corrompedores; a eles não era permitido ocupar a cidade. Qualquer nova visibilidade obtida nos centros urbanos teve como reação a adição de novas formas de violência, exclusões e hierarquias ao antigo conjunto histórico de intolerância, que cristalizou a ideia de que era necessário normalizar seus corpos.

Criou-se em torno de tais grupos uma atmosfera de risco e pecado, retroalimentando o pânico moral que surge em resposta à revolução sexual, ocorrida ao longo dos anos de 1970 e compreendida pelos meios de comunicação como algo a ser corrigido ou extirpado (Dias, 2003; Schultz, 2014). A grande imprensa, principalmente os jornais sensacionalistas de menor circulação, corroborou para fixar no imaginário a ideia de que sua presença nos grandes centros representava perigo. Estes jornais, chamados “imprensa marrom” (Tavares, 2018, p. 33), atuavam em concordância aos interesses dos setores conservadores, associando os dissidentes aos índices de criminalidade e violência, lançando mão sobre os estereótipos negativos que dominavam o imaginário popular.

Ainda, em um contexto em que as oportunidades de trabalho destinadas às travestis eram escassas e precárias em decorrência dos estigmas do imaginário popular, reforçados em narrativas preconceituosas (re)produzidas pela imprensa, muitas passaram a trabalhar nas ruas, inserindo-se no universo da prostituição. Nesse contexto de desejabilidade fincada na exotificação e fetichismo, “se seus corpos são desejados, são sempre em segredo” (Tavares, 2018, p. 41). Era, então, através da prostituição que muitas garantiam suas condições de sobrevivência financeiras, apesar de estarem mais vulneráveis à variadas categorias de violência. Nesse sentido, a história da perseguição às travestis e às prostitutas - ou trabalhadoras do sexo - nos grandes centros urbanos se faz de maneira profundamente entrelaçada.

O historiador Rafael Freitas Ocanha se debruça em sua dissertação de mestrado sobre as operações policiais ocorridas entre 1979 e 1983 que tinham como objetivo requalificar as áreas da cidade de São Paulo que concentravam a prostituição de rua em grandes avenidas, então conhecida como *trottoir*, bem

como a proliferação da prostituição masculina pelo centro, então conhecida como *negócio do michê* (Perlongher, 1986). Identifica como principais alvos dessas ofensivas as prostitutas, as travestis, e todo o chamado gueto homossexual, enquadrados no crime de vadiagem pela prática de encarceramento daqueles que circulassem sem carteira de trabalho assinada.

O artigo 59 da Lei das Contravenções Penais definia a contravenção penal de vadiagem como o ato de “entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita”, determinando como pena a prisão simples, de quinze dias a três meses (Brasil, Decreto-Lei no 3.688, de 3 de outubro de 1941). Segundo Ocanha, no ano de 1976 a Polícia Civil da cidade de São Paulo designou uma equipe especial para investigar as travestis e a contravenção penal de vadiagem na região do 4º Distrito Policial/Consolação.

Entre 14 de dezembro de 1976 e 21 de julho de 1977, 460 travestis foram sindicadas para o estudo, sendo lavrados 62 flagrantes, contabilizando 13,5% do total. O resultado mostrou que **398 travestis foram importunadas com interrogatório sem serem vadias e obrigadas a demonstrar comprovação de renda com mais exigências que a população**, já que a Portaria 390/1976 da Delegacia Seccional Centro estabelecia que travestis deviam apresentar RG e carteira de trabalho acompanhada de xerocópia, a qual era destinada a um arquivo reservado a travestis. **Aquelas que não estivessem portando a documentação exigida eram detidas para averiguações. Se consideradas vadias, aguardavam a formulação de inquérito, que remetido ao Judiciário se tornaria processo por vadiagem** (Ocanha, 2018, p. 80 – grifo nosso).

Observa-se um *modus operandi* de discriminação formalizada nas táticas institucionais dos órgãos de controle da sociedade. Tais esforços culminaram no desenvolvimento de um novo tipo de operação de rondas (popularmente conhecida como “rondão”) em que *blitz* inesperadas eram realizadas em zonas da cidade consideradas suspeitas sob o pretexto de interceptação e apreensão de assaltantes e traficantes de drogas. Advogados do Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, passaram a prestar atendimento gratuito para travestis perseguidas pelas operações, e não era incomum que fossem chamados para negociar sua libertação (Ocanha, 2018, p. 81). Dessas operações, destacam-se a Operação Cidade, responsável por 172 prisões no dia 22 de maio de 1980, e a

Operação Limpeza, que chegou a apreender mais de 700 pessoas no dia 27 de maio do mesmo ano; em sua maioria, prostitutas, travestis e homossexuais, dados então justificados pelo seu suposto envolvimento com o universo do tráfico.

As vivências coletivas desses grupos, contudo, se estendiam para além da prostituição e das violências sinalizadas nos corpos. Nas palavras de Bruno do Prado Alexandre, é preciso construir “uma narrativa histórica não apenas das tipificadas opressões às identidades e sexualidades tidas como dissidentes, mas também compreender as estratégias e os mecanismos de resistência empreendidos por esses sujeitos e sujeitas da história” (2023, p. 56).

3. Contra-práticas do espetáculo: territórios de sociabilidade e estratégias de resistência

É também a partir da década de 1960 que esses corpos passaram a ocupar cada vez mais os grandes centros urbanos, principalmente nas grandes capitais do país. No Rio de Janeiro, por exemplo, observa-se aumento significativo de espaços de sociabilidade homoerótica – bares, discotecas, saunas – e uma crescente associação de outros espaços públicos ao universo desse grupo – Praça Tiradentes, Lapa, Flamengo, teatro João Caetano, Recreio (Lopes, 2018). Em São Paulo, similarmente, tais espaços se concentraram na região central da capital, em especial nos arredores do Largo do Arouche e da avenida Vieira de Carvalho (que concentravam grande número de estabelecimentos voltados para o público gay, como saunas e bares) e da rua Martinho Prado (com bares especialmente voltados para o público lésbicas, a exemplo notório do Ferro's Bar).

Dentre esses espaços, as boates voltadas para o público homossexual atraíam uma grande quantidade de clientes, constituindo assim parte essencial da vida noturna dos grandes centros urbanos. Eram divididas entre as voltadas para o público mais amplo - como *Zig-Zag*, no Rio de Janeiro, e *Nostro Mondo*, em São Paulo - e para um público de classe média – como *Medieval* em São Paulo e *Sótão* no Rio de Janeiro. Ocasionalmente, estabelecimentos se deslocavam para longe do centro, de forma a assegurar que sua clientela fosse composta de clientes de classes mais abastadas.

As discotecas representavam pontos de encontro permanente para amigos e namoros; um espaço seguro onde podiam expressar e afirmar sua sexualidade. Porém, com o avanço da popularidade, as boates mais elitizadas, como a *Sótão*, passaram a ser frequentadas também por heterossexuais e, com medo de assustar os novos frequentadores, chegaram a existir proibições de demonstração de afeto entre homens. Outros pontos de convivência eram as saunas e cinemas, onde homens de todas as classes sociais podiam realizar encontros sexuais de maneira relativamente anônima (Green, 2019).

Produções historiográficas mais recentes afirmam que é nessa mesma época, com o rápido e desordenado crescimento urbano potencializando cenário de florescimento social e político, bem como uma vida cultural efervescente, que se consolidam as condições de possibilidades materiais e simbólicas que permitiram o fortalecimento de uma “subcultura homossexual”, que já desponta desde as décadas de 1940 e 1950 (Green, 2019), e o surgimento efetivo de uma “primeira geração” de travestis no Brasil (Duarte; Lopes, 2021).

14 Ainda, destaca-se a emergência de uma imprensa homossexual brasileira, em primeiro momento difusa e diversa, marcada por publicações esparsas e descoincidentes na grande imprensa e na imprensa alternativa (Green, 2019). Nessa moção, durante a década de 70, o surgimento e fortalecimento do movimento internacional de gays e lésbicas adentra, ainda que limitadamente, o leque de tópicos abordados pela imprensa nacional. Assim, os jornais brasileiros ilustram a expansão do movimento *gay power* no cenário estrangeiro. Paralelamente, a imprensa alternativa – marcada pela sua habilidade de burlar a censura institucional – seguia, majoritariamente, a tendência da imprensa nacional ao abordar o universo e reivindicações da comunidade homossexual; com exceção de algumas publicações artesanais, como *O Snob*, e alguns periódicos notáveis, como o *Já* (grupo dissidente do famoso *O Pasquim*), cuja coluna intitulada *Gay Power* trazia notícias, recomendações, contos e vinhetas associados à comunidade, seus espaços de confraternização, suas expressões culturais e um movimento político gay crescente na Europa.

A grande maioria dessas primeiras tentativas de produzir um jornal gay falharam devido, principalmente, à falta de recursos financeiros, dificuldades de distribuição, e ao desconhecimento dos editores acerca das habilidades jornalísticas e administrativas exigidas para conduzir um empreendimento em grande escala. De qualquer forma, essas tentativas e esforços marcam uma nova movimentação da comunidade, ilustrada pelo sucesso do jornal mensal *Lampião da Esquina* – idealizado e construído com recursos financeiros e por um grupo experiente e conhecido de jornalistas e intelectuais, driblando a maioria das dificuldades enfrentadas por seus contemporâneos –, que se manteve circulando por bancas de todos o país apesar das tentativas de repressão do governo.

Segundo o pesquisador Remom Bortolozzi, também as condições de emergência da arte transformista brasileira como espaço significativo para a cultura LGBT se deram principalmente no período entre 1945 e 1969; inicialmente como uma prática utilizada majoritariamente por comediantes, mas que tornou-se um novo tipo de performance na década de 1970, chegando a ser associada a uma concepção de profissionalismo (2015, p. 130). Realizavam apresentações e performances em boates, teatros e outros locais públicos, onde se construía a possibilidade de um espaço para a expressão artística. Destaca-se, também, a emergência dos chamados espetáculos de travestis, muitos dos quais alcançaram grande sucesso com o público geral, a exemplo do espetáculo *Les Girls*, que estreou em 29 de maio de 1964 e protagonizado por Rogéria, que chegou a permanecer em cartaz por mais de uma década no Brasil, com turnês por outros países da América Latina.

Seja nos espetáculos de artistas como Rogéria e Brigitte de Búzios, na figura emblemática de Madame Satã, nas atrações dos escandalosos Dzi Croquettes (grupo de teatro e dança brasileiro conhecido por seus tensionamentos e subversões de expectativas de gênero em suas performances) ou na afirmação de existência das Divinas Divas (pioneiro grupo de artistas travestis imortalizadas no documentário de 2017 dirigido por Leandra Leal), é perceptível como o universo das artes – em especial, o teatro – oferecia uma oportunidade para o cultivo da expressão da pluralidade das identidades de gênero. Os espaços de festa se tornaram ambientes de trocas, convivência, afeto e significativa liberdade, ainda que limitados pela censura do Estado; consequentemente, locais onde a maioria das pessoas não poderia circular.

O carnaval, também, se destacou como espaço temporal que tornava possível o horizonte do *se travestir*, mesmo atravessado pela finitude de seu tempo e a possibilidade do retorno dos foliões à normatividade do cotidiano. Isto é: um travestismo possível na e para a folia, em um jogo de sentidos que muitas vezes reforçava as categorias heteronormativas e binárias ao fim do período carnavalesco; onde tensiona-se a diferenciação entre “estar em travesti” e “ser travesti” (Duarte; Lopes, 2021, p. 156). É seguro afirmar que esses espaços não estavam isentos de discriminação e preconceitos – sejam eles mimetizados contra a própria comunidade ou hostilidade contra outros grupos marginalizados por questões de raça e classe. No chamado “gueto homossexual”, por exemplo, existiam casas não aceitavam a circulação de travestis enquanto clientes ou frequentadoras, sendo sua presença apenas aceita nos palcos durante suas performances. Com todas as suas contradições, contudo esses espaços ainda constituíam uma possibilidade de desnaturalização e desmantelamento do binário normativo; criando-se uma ideia (também compartilhada por outros grupos dissidentes, a exemplo de mulheres lésbicas) de que “se era ruim no gueto, era pior fora dele” (Quinalha, 2017, p. 220).

16

Assim, realizando-se como lugar heterotópico de gênero, o carnaval se consolida como espaço de suspensão de uma ordem (hetero)normativa, possibilitando a invenção de formas singulares de experimentar as fronteiras de gênero e sexualidade, bem como oferecendo visibilidade para outras formas alternativas de vivenciá-las que já existem nas margens e que encontram na folia um momento de se exibirem para a sociedade de forma mais ampla. O espaço da festa e o espaço da experimentação se confundem entre si, de maneira que não é claro ou delimitável onde a influência de um se inicia ou se finda; tendo em vista que ambos, historicamente, se constroem mutuamente.

Essa apropriação homossexual do carnaval não passou despercebida pelos meios de comunicação e, ao circularem reportagens sobre os bailes de travestis, concentrados sobretudo na cidade de São Paulo e do Rio de Janeiro, revistas de distribuição nacional como *O Cruzeiro* e *Manchete* não apenas contribuíam para com a midiaticização desse caráter de homossexualização dos festejos carnavalescos, mas também impulsionavam a construção dessas novas subjetividades homossexuais. Nesse movimento de nacionalização – e mesmo internacionalização – do universo dos bailes paulistanos e cariocas, aqueles

corpos se tornam vitrines de processos ativos de construção de novas possibilidades de viver não apenas dimensões íntimas de expressão de gênero, mas a própria expressão da materialidade do corpo humano e sua relação com a esfera pública da vida; o outro, a família, a cidade.

Na medida em que a nova personagem de carne, tinta e papel, denominada travesti, extrapolou os bailes de carnaval e os palcos das boates e teatros, tornando-se público-mediatizada, sinônimo de fascínio e de curiosidade, passou a ser considerada pelos dispositivos da heteronorma potencialmente transgressora ao ordenamento do sistema sexo/gênero e da cidade. [...] Ao “excesso” de gênero, misturou-se o “excesso” de sexualidade. À abjeção por não habitar a inteligibilidade dos gêneros, somou-se a abjeção por habitar – e partilhar com outros “não sujeitos” – as “zonas inóspitas” da cidade, cuja metáfora da noite, como lugar de vivência travesti e do desconhecido e do perigo, revela. Assim, ao mesmo tempo em que as experiências trans surgiram designando um novo sujeito sexual público-mediatizado, elas também foram marcadas pelo dispositivo do estigma, como um risco à norma de gênero e da cidade [...] Nessa invenção heteronormativa encontraram-se as **possibilidades de resistências**, uma vez que a **“montagem” e o “escândalo” travesti, considerados, neste trabalho, como contra-práticas e contra-discursos, destrucaram as relações de poder-saber que atravessam o caráter performativo-protéstico do gênero, a materialidade dos sexos e as tentativas de disciplinamento da cidade.** (Veras, 2015, p. 206 – grifos nossos).

17

Nesse sentido, a própria elaboração da identidade travesti estava, naquele momento, atravessada ao universo do carnaval, dos espetáculos teatrais, e mesmo da prostituição. O enquadramento dessa indeterminação-indisciplina da travesti como estigma que ameaça a ordem binária se fez a base de sua perseguição pelo aparato da ditadura civil-militar.

4. Por uma narrativa polifônica, entre a arte e a política

Aqui, é possível tensionar uma aparente distinção entre os dois eixos explorados no presente artigo: por um lado, identifica-se uma discussão sobre a ditadura e os movimentos sociais que surgem no país durante esse período; por outro, a exploração de uma arte transformista, das identidades e experiências dos sujeitos intertransvestigêneres, sobretudo no campo da cultura.

Em primeira análise, essa cisão parece compreensível. O pesquisador James Green (2018; 2019) afirma que a união entre os movimentos LGBT e outras movimentações sociais da época – principalmente movimentos políticos de esquerda – foi motivo constante de conflitos, discordâncias e disputas ideológicas entre os crescentes e variados grupos organizados da comunidade

em seus anos formativos. Enquanto alguns defendiam a importância da defesa de uma solidariedade compartilhada entre os diversos movimentos, outros proclamavam a necessidade de um movimento homossexual autônomo e desconectado de outras pautas e reivindicações supostamente distantes de suas próprias.

Tal conflito era exacerbado pelo fato de que parte do movimento gay não tinha afinidade com os grupos de esquerda, dos quais eram ocasionalmente alvos de ataques homofóbicos. Durante muito tempo, setores do Partido Comunista Brasileiro defendiam que a homossexualidade era um produto da decadência burguesa, e que a defesa de suas pautas enfraqueceria o movimento proletário (Green, 2003). Não são incomuns relatos de homossexuais participantes de organizações de esquerda que decidiram por omitir sua sexualidade de seus colegas de militância, tendo em vista que muitas “organizações que se opuseram à ditadura em geral eram muito conservadoras, senão reacionárias, sobre questões de sexualidade e comportamentos não-normativos” (Green, 2018, p. 69).

18 É notável, contudo, que esse impasse não era um impeditivo para redes de solidariedade. Na edição 15 do *Lampião da Esquina*, por exemplo, publicada em agosto de 1979, na seção *Literatura* (página 8), destaca-se o poema *Distância*, escrito pelo poeta paulista identificado como Ulisses Tavares, “irrequieto e agitador do poetariado”, que lê: “O índio não pode caçar. O negro não pode falhar. O poeta não pode sonhar. O homossexual não pode amar. Das minorias, nenhuma dessas (consolo e esperança) é aquela que decreta que a maioria não pode comer”. Nesse poema, Tavares expande seu olhar para diversas minorias sociais marginalizadas, propondo algum grau de solidariedade entre esses corpos e posicionando-os como diretamente opostos a uma determinada minoria numérica privilegiada – a elite econômica. Ao demarcar essa dissonância, elege uma diferença fundamental e, também, propõe a existência de um conflito irrevogável de classes na sociedade brasileira.

Além desse impasse, que dividia os movimentos da época, também é importante apontar que um grande número de sujeitos que habitavam esses corpos dissidentes não participaram ativamente de grupos militantes associados ao tipo de sua dissidência. Observa-se, pois, uma diversidade de

relações entre a ditadura e os indivíduos dissidentes à cis-heteronormatividade (Fraccaroli, 2022, p. 30), resultando em formas múltiplas de viver e perceber o regime, negociando a todo tempo formas de sobrevivência; muitas vezes, inseridas na zona cinzenta característica da materialidade do cotidiano, irreconciliável com o binômio demarcado de repressão/resistência.

Nessa perspectiva, a distinção concebida por Regina Facchini entre o “campo” e a “arena” do movimento LGBT brasileiro parece particularmente sensível para aprofundar essa compreensão; sendo *campo* onde estariam todos os atores sociais diretamente envolvidos em seu cotidiano (organizações ativistas, agências estatais, poderes públicos e atores do mercado que se dirigem a homossexuais), e *arena* onde estariam todos que poderiam se reconhecer/ser reconhecidos a partir das categorias enunciadas no sujeito político do movimento, mesmo que sem envolvimento direto no cotidiano da militância (Facchini, 2009, p. 133). Nem todo integrante da comunidade LGBT, então, é integrante do(s) movimento(s) LGBT(s).

Apesar de tudo, é também verdade que a esfera da cultura de maneira geral foi sempre vista pelo regime militar com algum grau de suspeita e desconfiança, sendo considerada o principal meio onde os “comunistas” e “subversivos” se infiltraram na intenção de confundir o cidadão “inocente útil” (Napolitano, 2004, p. 105). E os discursos produzidos sobre essa suspeita, carregados de moralismo, não estavam alheios à presença das expressões dissidentes de gênero e sexualidade no universo artístico.

E, se é seguro afirmar não haver no campo estritamente artístico-cultural uma bandeira política universal, é certo que de maneira geral “as esquerdas passaram a ver na esfera cultural não apenas um exercício simbólico de resistência, mas um campo de afirmação de suas estratégias políticas e valores ideológicos” (Napolitano, 2011, p. 40). Parece também seguro afirmar que um movimento similar se dá no universo LGBT, onde os sujeitos passam a ver a esfera cultural não apenas como um exercício simbólico de resistência, mas um campo de afirmação de si – suas formas de viver, seus modos de se expressar, sua capacidade aparentemente infinita de brincar com as fronteiras binárias de gênero e sexualidade.

Por que motivo, então, as tradições teóricas sobre esses dois universos parecem ter se desenvolvido de maneira consideravelmente distanciada? Para questionar os fundamentos dessa cisão, é imprescindível olhar para o lugar de enunciação das experiências dos sujeitos; pensando a noção de lugar de enunciação a partir de “uma reflexão sobre a divisão social do direito de enunciar e a eficácia, legitimidade, verdade, credibilidade, autoria, circulação, identificação, na sociedade” (Fontana, 1999, p. 15).

O pesquisador José Ronaldo Trindade, em seu artigo *Atores/Autores: histórias de vida e produção acadêmica dos escritores da homossexualidade no Brasil*, se dedicou à análise da forma pela qual “os sujeitos históricos podem ser influenciados por suas próprias trajetórias, seja na maneira como se organizam politicamente, seja no modo como representam ou recontam o passado em seus escritos” (2002, p. 74). Mais especificamente, Trindade explora como quatro autores que trataram da questão da homossexualidade – João Silvério Trevisan, James Green, Peter Fry e Edward MacRae –, cujas obras se tornaram referência basilar para a construção de uma história do movimento LGBT no Brasil, tiveram sua produção teórica atravessada pelas particularidades do contexto social, cultural e geográfico no qual estavam inseridos; sendo suas trajetórias políticas marcadas por diversos fatores, dentre os quais se destacam não apenas o contato com movimentos sociais estrangeiros, em sua maioria do norte global, como também a realidade da sua experiência no Brasil como homens gays localizados no Sudeste, em particular no Estado de São Paulo.

É importante destacar que o que hoje se compreende amplamente como coletividades constituintes de um movimento LGBT diverso no Brasil era, durante a década de 1980, conhecido apenas como Movimento Homossexual Brasileiro, indicando não apenas uma histórica centralidade – ainda que não total – das experiências (cis)masculinas como também uma exclusão de pessoas trans e travestis desses espaços.

Entre os grupos e eventos que surgiram nas décadas de 1960 e 1970, além dos (já mencionados) periódicos, também destacam-se iniciativas como o SOMOS: Grupo de Afirmação Homossexual e o concurso Miss Gay Brasil. Todos estes foram essenciais para a organização dos diversos setores da comunidade e para o surgimento de outros grupos e eventos, incluindo as articulações de trans e travestis, a exemplo notório na década de 1990 da ANTRA (Associação

Nacional de Travestis e Transexuais) e do ENTLAIDS (Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que Atuam na Luta e Prevenção à AIDS), que mantinham conexões com os chamados grupos homossexuais.

Considerando, enfim, a predominância de produções de homens gays situados na região Sudeste do Brasil na construção da narrativa de uma memória LGBT, é possível investigar como suas trajetórias subjetivas e políticas influenciam a produção dos seus discursos e, por consequência, atravessam mesmo a elaboração dessa memória coletiva.

Nessa perspectiva, é possível argumentar que essa aparente cisão – ditadura e movimentos sociais/arte transformista e identidades e experiências intertransvestigêneres – se dá como consequência involuntária das particularidades do próprio campo de produção bibliográfica e suas formas de legitimação. O fato de que essas experiências foram, até recentemente, narradas por outros sujeitos/autores, imputam ao universo uma separação que nem sempre existia na vivência daqueles sujeitos/atores; em que a repressão, a festa, a elaboração da identidade, as redes de socialização, as táticas de resistência às ofensivas da violência institucional, a subversão técnica do próprio corpo pelas intervenções bioquímicas, a fantasia, a prostituição, a autoexperimentação, a visibilidade, o teatro, a política, a memória coletiva, o palco da expressão artística – se misturam todas em um grande carnaval.

Enfim, argumenta-se que, ao se tornar o criativo celeiro da comunidade LGBT, o transformismo, as contra-práticas e contra-discursos travestis, os espaços de ruptura da festa e as diversas formas de insubmissões artísticas passam a produzir uma “ativação subversiva de elementos de gênero e sexualidade hegemônicos e subalternos por meio da paródia, do glamour, da fantasia ou da caricatura” (Bortolozzi, 2015, p. 131). Para além da possibilidade de uma maior volubilidade das expressões generificadas – e maior maleabilidade de suas fronteiras –, esses espaços de produção artística passam a representar, também, a promessa de territórios de sociabilidade permeados pela construção de laços, amizades, amores, famílias; tecendo, assim, verdadeiras comunidades e redes de apoio que resistiam em meio a uma sociedade que buscava negar àquelas pessoas o direito à vida, à dignidade e ao afeto. Enfim, territórios de sociabilidade mas também de resistência.

Considerações finais

Apesar das intensivas repressivas do aparelho estatal, a comunidade LGBT, e seus movimentos LGBTs, nunca deixou de traçar estratégias de sobrevivência frente à perseguição. Ao construir novos movimentos, conquistar velhos espaços, popularizar as discussões e representações de seus próprios corpos na mídia nacional e organizar frentes de ação político-sociais, a comunidade foi capaz de provocar esgarçamentos e ampliações acerca de sua presença no corpo e imaginário social.

Todavia, mesmo com espaços e organizações de resistência, a situação na ditadura militar era marcada por uma realidade de extrema marginalização e violência. Este cenário, porém, não é tão diferente nos dias atuais. Apesar de muitos avanços, o Brasil continua sendo o país que mais mata pessoas transsexuais e travestis, onde uma travesti morre a cada 2 dias. Em pesquisa realizada em 71 países em 2019, o Brasil foi classificado como o 68º país mais seguro para a população LGBT (Benevides; Nogueira, 2020). Essa violência é reflexo de um país historicamente marcado por valores cristãos e patriarcais, onde os corpos que fogem de uma ordem cis-heteronormativa passam a ocupar o lugar de um *outro* não-humano; perseguidos por uma ordem cis-hétero-militar que, como afirmou Afonso-Rocha, *persiste e insiste em não acabar*.

22

Pois, essa perseguição pelo aparato institucional de violência do Estado esteve sempre diretamente relacionada ao seu universo de expressão artística e suas práticas indisciplinadas de experimentação nas fronteiras do binário (cis)heteronormativo. Similarmente, a esfera de invenção da arte, da festa e das identidades subjetivas sempre esteve no cerne das práticas de resistência construídas por esses grupos para sobreviver à repressão. A aparente cisão dessas esferas de vivência no campo de produção bibliográfica sobre a memória intertransvestigênere na ditadura parece, então, ser efeito das subjetividades particulares dos autores que vêm majoritariamente ocupando o lugar de enunciação dessas vivências.

Este artigo não esgota as limitações desse campo, mas tão somente empenha-se em apontá-las, correndo o risco do equívoco, na esperança de avigorar um esforço já existente desses sujeitos que são, ao mesmo tempo, autores e atores, dispostos a subverter as formas existentes de legitimação do conhecimento para dar luz à formas outras de pensar a memória de suas próprias comunidades.

Agradecimento

Gostaríamos de agradecer aos pareceristas encubidos de avaliar o artigo, cujas cuidadosas considerações em muito enriqueceram o texto. Estendemos nossos agradecimentos ao professor Ozias Paese Neves, cuja disciplina ministrada durante seus anos de docência na Universidade de São Paulo nos colocou em primeiro contato com nomes substanciais da bibliografia mobilizada, tornando possível a construção do trabalho.

Ao fim e ao cabo, o juízo em torno da defesa da moral conservadora que prega a perseguição a todos os grupos dissidentes se mantém; ainda, de alguma forma, continuidade histórica do elemento de longa duração que é a colonização. O projeto normativo hegemônico defendido pela ditadura não é passivo ou estático, busca sempre manter o poder de seus aparelhos repressores. Entretanto, suas instituições totalitárias, nunca tão totalizantes quanto se pretendem, passam a ter suas fissuras rasgadas pela defesa radical da vida em sua pluralidade. A corajosa negação das estruturas normativas por parte dos corpos tidos como *desviantes* são, assim, capazes de “romper com as narrativas de origem, com as ideias essencialistas, carnavalizar as fronteiras entre o biológico e o cultural, entendendo o gênero como performance, como processo de produção dos nossos corpos, do sexo” (Nascimento, 2021, p. 58).

***Anna Clara Souza Marques** é Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP. Pesquisadora do Centro de Estudos de Religiosidades Contemporâneas e das Culturas Negras (CERNE - PPGAS/USP). Bacharela e licenciada em História pela USP. Formação complementar como beneficiária de Bolsa Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE/FAPESP), vinculada ao Centre d'Anthropologie Culturelle da Université Paris Cité, e estudante de programa de mobilidade internacional para alunos de graduação, na Hankuk University of Foreign Studies.

Contato: annaclarasouzamarques@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3138639203185646>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-5025-2835>

***Jessica Torres Silva** é Bacharela em História pela USP.

Contato: torres.jessicaxy@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9225446403244724>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-5929-3428>

***Leila Claraliz Graça Lucas** é Bacharela e licenciada em História pela USP.

Contato: leilaclrz@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8139835932743971>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2084-8597>

Recebido em: 25/11/2025

Aprovado em: 28/09/2026

Editor de texto: Diego da Silva Guimarães Queiroz
Editora-Chefe Discente: Paola Marlen Chaves Gonçalves

Como citar este texto: MARQUES, Anna Clara Souza; SILVA, Jessica Torres; LUCAS, Leila Claraliz Graça. Entre plumas e fuzis: repressão e resistência de mulheres trans, travestis e transformistas na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). *Perspectivas Sociais*, vol. 12, n. 01, e1230580, 2026.

Referências bibliográficas

AFONSO-ROCHA, Rick. E havia uma ditadura cis-hétero-militar? **Revista Periódicus**, Salvador, v. 2, n. 16, p. 17-42, 2021.

ALEXANDRE, Bruno do Prado. Travestilidades e ditadura civil-militar brasileira. Apontamentos de uma pesquisa. **Trilhas da História**, Três Lagoas, v. 13 n. 25, p. 54-74, 2023.

AMANAJÁS, Igor. DRAG QUEEN: UM PERCURSO HISTÓRICO PELA ARTE DOS ATORES TRANSFORMISTAS. **Revista Belas Artes**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 1-23, 2023.

BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara. **Boletim nº02/2020**. Assassinatos contra travestis e transexuais em 2020. ANTRA: Rio de Janeiro, 2020.

BORTOLOZZI, Remom Matheus. A Arte Transformista brasileira: Rotas para uma genealogia decolonial. **Quaderns de Psicologia**, Barcelona, 17(3), p. 123-134, 2015.

BRITO, Ricardo José Braga Amaral de. **Controle da terra e das populações. A política de colonização da ditadura empresarial-militar**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2022.

CAPELATO, Maria Helena. História do tempo presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo. In: DELGADO, Lucília; FERREIRA, Marieta. **História do Tempo Presente**. São Paulo: Editora FGV, 2014.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Cia da Letras, 1996.

24 CODARIN, Higor. Uma análise microscópica do cosmo social: a suposta participação da travesti Consuelo Lamarca na luta armada contra a ditadura civil-militar brasileira. **Tempo**, Niterói, v. 30 n. 3, p. 1-20, 2024.

CRUZ, Ava. Genealogia Bombadeira: experimentações laboratoriais dissidentes e corpo-política travesti. Fazendo Gênero 13, 2024, Florianópolis. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 13 (Anais Eletrônicos)**, 2024.

DIAS, Lucy. **Anos 70: enquanto corria a barca**. São Paulo: Editora Senac, 2003.

DUARTE, Marina; LOPES, Fábio. A emergência da primeira geração de travestis no Brasil, na década de 1960. **Revista Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, v. 14, n. 1, p. 151-177, 2021.

ZOPPI FONTANA, Mônica. Lugares de enunciação e discurso. **LEITURA**, Maceió, v. 23, p. 15-24, jan/jun 1999.

FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o "campo" e para a "arena" do movimento LGBT brasileiro. **Bagoas**, Natal, v. 3, n. 04, p. 131-158, 2012.

FRACCAROLI, Yuri. Dissidentes sexuais e de gênero e a ditadura civil-militar brasileira: entre a memória política e as memórias cotidianas. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, Montevideu, v. 31, n. 1, p. 25-53, 2022.

FRANÇA, Isadora Lins. **Cercas e pontes: o movimento GLBT e o mercado GLS na cidade de São Paulo**. 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

GONTIJO, Fabiano. Kátia Tapety: ora mulher, ora travesti? Gênero, sexualidade e identidades em trânsito no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 43, p. 299–319, 2016.

GREEN, James. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: Unesp, 2019.

GREEN, James. A luta pela igualdade: desejos, homossexualidade e a esquerda na América Latina. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 10, n. 18/19, p. 18, 2003.

GREEN, James. Forjando alianças e reconhecendo complexidades: as ideias e experiências pioneiras do Grupo Somos de São Paulo. In: GREEN, James (Org.). **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2018.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 86, p. 93-103, [2009] 2010.

LEITE Jr, Jorge. **Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias "travesti" e "transexual" no discurso científico**. São Paulo: Annablume, 2011.

LOPES, Fábio Henrique. Subjetividades travestis no Rio de Janeiro, início da década de 1960. **Revista TransVersos**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 52-69, 2018.

MACHADO, Gisele Cardoso de Almeida. A difusão do pensamento higienista na cidade do Rio de Janeiro e suas consequências espaciais. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, 2011.

25

MACRAE, Edward. Identidades homossexuais e movimentos sociais urbanos no Brasil da "Abertura". In: GREEN, James (Org.). **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2018.

MELLO, Flávia Barroso de; FREITAS, Ricardo Ferreira. O Rio de Janeiro e o projeto de cidade baseado na afirmação da higiene como ideologia. **Diálogo com a Economia Criativa**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 21, p. 148–167, 2022.

MOIRA, Amara. O cis pelo trans. **Estudos Feministas**, 25 (1) 365-373, 2017.

MOTT, Luiz; ASSUNÇÃO, Aroldo. Gilete na carne: etnografia das automutilações dos travestis da Bahia. **Temas IMESC**, São Paulo, 4(1): 41-56, 1987.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. **Coração civil: arte, resistência e lutas culturais durante o regime militar brasileiro (1964-1980)**. Tese de Livre-Docência em História do Brasil Independente, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

NAPOLITANO, Marcos. A MPB sob suspeita: a censura musical vista pela ótica dos serviços de vigilância política (1968-1981). **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 47, p. 103-126, 2004.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo (Feminismos Plurais)**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

OCANHA, Rafael Freitas. **Amor, feijão, abaixo camburão - Imprensa, violência e trottoir em São Paulo (1979-1983)**. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2014.

OCANHA, Rafael Freitas. Repressão policial aos LGBTs em São Paulo na ditadura civil militar e a resistência dos movimentos articulados. In: GREEN, James Naylor; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

PERLONGHER, Nestor Osvaldo. **O negocio do miche: prostituição viril em São Paulo**. 338f Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciencias Humanas, Campinas, SP, 1986.

PRECIADO, Paul B. **Manifiesto contrasexual**. Barcelona: Anagrama, 2011.

QUINALHA, Renan Honorio. **Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

QUINALHA, Renan Honorio. Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. In: GREEN, James (Org.). **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2018.

ROLLEMBERG, Denise. Memória, Opinião e Cultura Política. A Ordem dos Advogados do Brasil sob a Ditadura (1964-1974). In: REIS, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis (Orgs.). **Modernidades Alternativas**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2008.

SCHULTZ, Leonardo; BARROS, Patrícia Marcondes de. O lampião da esquina: discussões de gênero e sexualidade no Brasil no final da década de 1970. **Revista de Estudos da Comunicação**, Curitiba, v. 15, n. 36, p. 49-63, 2014.

SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

SILVA, Edlene Oliveira; BRITO, Alexandre Magno Maciel Costa e. Travestis e transexuais no jornal 'Lampião da Esquina' durante a ditadura militar (1978-1981). **Dimensões**, Vitória, v. 38, p. 214-239, jan-jun. 2017.

SILVA, Frederico Augusto Ribeiro da. **Rogéria: o corpo de Astolfo Barroso Pinto nas telenovelas brasileiras**. 129 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris**. Do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOBRINHO, Afonso. São Paulo e a Ideologia Higienista entre os séculos XIX e XX: a utopia da civilidade. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 210-235, 2013.

TAVARES, Hiago de Souza Tavares. **Travesti não entra: Uma breve análise do Tratamento Dispensado às travestis no período da ditadura militar**. 73 f. Dissertação (Trabalho de Conclusão de Curso), Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências e Desenvolvimento Regional, Licenciatura em Ciências Sociais. Campos de Goytacazes, 2018.

TRINDADE, José Ronaldo. Atores/Autores: histórias de vida e produção acadêmica dos escritores da homossexualidade no Brasil. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 10, n. 10, p. 63-78, 2002.

TOSOLD, Léa; RUGGI, Lennita Oliveira; SILVA, Rosimeire Barboza. Aliança pelo centro histórico: estratégias discursivas de legitimação dos processos de higienização na cidade de São Paulo. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 14, p. 147-172, 2013.

THÜRLER, Djalma; AZVDO, Armando. A Arte é divina demais para ser normal: drags queers e políticas de subjetivação na cena transformista. **Revista Crioula**, São Paulo, n. 24, p. 222-238, 2019.

VERAS, Elias. **Carne, tinta e papel: a emergência do sujeito travesti público-midiatizado em Fortaleza (CE), no tempo dos hormônios/farmacopornográfico**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.

VERAS, Elias. Travestis: visibilidade e performatividade de gênero no tempo farmacopornográfico. In: GREEN, James (Org.). **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2018.

VERGUEIRO, Viviane. Considerações transfeministas sobre linguagem, imaginação e decolonialidade: a identidade de gênero como categoria analítica. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, n. 21(2), p. 452-471, 2020.